

Relatório Anual 2021

Gerência de Saúde Animal



DIRETORIA EXECUTIVA DA ADAPAR

Otamir Cesar Martins

Diretor Presidente

Adalberto Luiz Valiati

Diretor Administrativo Financeiro

Manoel Luiz de Azevedo

Diretor de Defesa Agropecuária

GERÊNCIA DE SAÚDE ANIMAL

Rafael Gonçalves Dias

Gerente de Saúde Animal

Elaboração

Marta Cristina Diniz de Oliveira Freitas

Cristina Ballista Arrua

Danielle Valadão Albernaz de Mattos Tavares

APRESENTAÇÃO

A Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – Adapar tem como missão institucional promover a saúde animal, a sanidade vegetal, a inocuidade dos alimentos, a conformidade do comércio em benefício da sociedade.

A Diretoria de Defesa Agropecuária do Paraná é composta pelas gerências de Saúde Animal, Trânsito Agropecuário, Inspeção de Produtos de Origem Animal, de Laboratórios, de Sanidade Vegetal e de Apoio Técnico. Este relatório trata especificamente das principais atividades finalísticas referentes a Gerência de Saúde Animal - GSA, ocorridas em 2021.

O Relatório Anual 2021 condensa as atividades executadas sob programas oficiais, vigilância e fiscalização em saúde animal no Estado do Paraná e tem como objetivo informar à sociedade, com ampla transparência, as ações realizadas durante os 365 dias do ano de referência. Os dados para a elaboração deste documento foram obtidos dos relatórios oficiais dos respectivos programas da GSA e dos Sistemas Informatizados utilizados na defesa sanitária animal. Os mapas que ilustram o relatório foram produzidos por meio do software QGIS.

Sumário

DADOS GERAIS	4
Estrutura da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná	4
EPIDEMIOLOGIA VETERINÁRIA.....	5
VIGILÂNCIA PARA FEBRE AFTOSA	6
FISCALIZAÇÃO DO COMÉRCIO DE PRODUTOS VETERINÁRIOS.....	7
CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE BRUCELOSE E TUBERCULOSE BOVINA	8
Testes diagnósticos	8
Certificação de propriedades	9
BRUCELOSE.....	9
TUBERCULOSE	10
SANIDADE DOS EQUÍDEOS	11
Atendimento a ocorrências em equídeos	11
CONTROLE DA RAIVA E EEB.....	12
Atendimento a ocorrências de casos suspeitos de raiva dos herbívoros	12
Vigilância para EEB	13
Bem-Estar Animal.....	13
Instituições envolvidas e atendimento a denúncias	14
SANIDADE AVÍCOLA.....	15
Atendimento a ocorrências de mortalidade acima de 10% em aves.....	15
Vigilância Ativa	15
Certidão de Registro Avícola	15
Cadastro	16
SANIDADE DOS SUÍNOS.....	16
Vigilância em Abatedouros	16
Fiscalização e vigilância na suinocultura	16
Vigilância em Granjas de Reprodução de Suínos Certificadas – GRSC.....	17
SANIDADE DOS ANIMAIS AQUÁTICOS	17
Atendimentos a doenças de notificação obrigatória nos animais aquáticos	17
ABELHA E BICHO DA SEDA.....	18
OUTRAS INFORMAÇÕES DA DEFESA SANITÁRIA ANIMAL	18

DADOS GERAIS

Estrutura da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná

A Agência de Defesa Agropecuária do Paraná - Adapar, autarquia com patrimônio e receitas próprias e autonomia técnica, jurídica e financeira, foi criada pela Lei Estadual nº 17.026 de 20 de dezembro de 2011.

A estrutura física do serviço veterinário paranaense é composta por uma unidade central, pelo laboratório Centro de Diagnóstico Marcos Enrietti - CDME, por 21 Unidades Regionais de Sanidade Agropecuária – URS, 131 Unidades Locais de Sanidade Agropecuária - ULSA, e 33 Postos Fixos de Fiscalização do Trânsito Agropecuário – PFTA.

A estrutura referente a recursos humanos que integram o quadro funcional efetivo (estatutário) da Adapar, atualizada ao final de 2021, referente a saúde animal, está representada por 161 Fiscais de Defesa Agropecuária médicos veterinários, 230 Técnicos de Manejo e Meio Ambiente e 501 administrativos.

No ano de 2020 foi aberto edital de concurso público para contratação de 30 médicos veterinários e 50 técnicos de manejo e meio ambiente, que estão na vigência de comporem o quadro funcional da Adapar.

Figura 01: mapa do Paraná com as Unidades Regionais de Defesa Agropecuária - URS



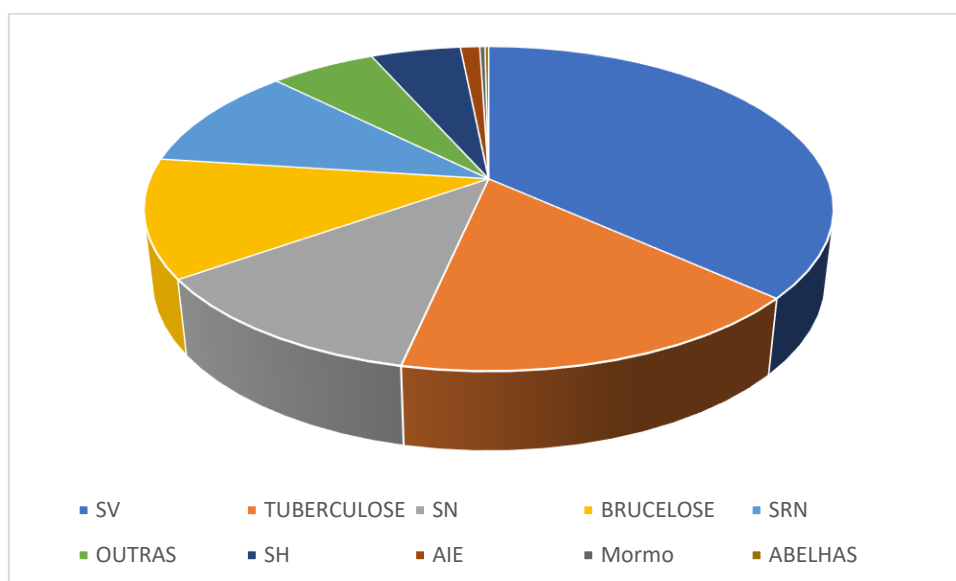
O Paraná se caracteriza por conter em sua maioria, propriedades de pequeno porte. Estão cadastradas ao todo 177.124 propriedades rurais no Estado, 221.365 explorações pecuárias (incluindo todas as espécies de animais de produção) e 205.623 produtores rurais. A última campanha de atualização de rebanhos, que ocorreu em etapa única de maio a junho de 2021, teve 87,95% de explorações atualizadas dentro do tempo regular.

EPIDEMIOLOGIA VETERINÁRIA

A área de epidemiologia veterinária na Gerência de Saúde Animal orienta quanto às investigações e identificações das causas das enfermidades que afetam os rebanhos no Paraná, bem como no registro das informações, auxiliando desta forma, no planejamento dos programas de sanidade animal. A captação de informações com qualidade e de forma oportuna é fundamental para garantir o fluxo de informações de interesse da defesa sanitária animal em todas as esferas. A transparência e seriedade do Serviço Veterinário Oficial do estado do Paraná são resultados de um trabalho conjunto, que envolve todos os servidores (FDA, AFDA e administrativos).

No ano de 2021, as doenças de animais registradas no Sistema Brasileiro de Vigilância e Emergências veterinárias – Sisbravet, somaram 2.401 investigações do Serviço Veterinário Estadual. Destas, 1.602 (66,7%) enquadraram-se em síndromes ou doenças sindrômicas, sendo: 120 de Síndrome Hemorrágica dos suínos (SH), 285 de Síndrome Neurológica (SN), 316 de Síndrome Respiratória ou Nervosa das aves (SRN), e 880 de Síndrome Vesicular (SV). As ocorrências com atendimento do Serviço Veterinário Estadual das doenças com programa sanitário oficial que não se encaixam em síndromes foram: 26 de Anemia Infecciosa Equina (AIE), 7 de mormo, 402 de tuberculose e 283 de brucelose, além de 5 ocorrências em abelhas.

Gráfico 01: Proporção de ocorrências registradas no Sisbravet pelo SVE em 2021 no Paraná



As notificações classificadas como procedentes e que geraram ocorrência com atendimento do Serviço Veterinário Estadual das doenças com programa sanitário oficial que não se encaixam em síndromes foram: 26 de Anemia Infecciosa Equina (AIE), 7 de mormo, 402 de tuberculose e 283 de brucelose, além de 5 ocorrências em abelhas.

A área de epidemiologia realiza os acompanhamentos das notificações e ocorrências, a fim de auxiliar os FDA no registro correto das informações prestadas e documentos comprobatórios. São produzidos 52 informes semanais e produzidos e publicados, 12 informes mensais com as ocorrências de raiva, AIE, mormo, brucelose e tuberculose e eventuais ocorrências de importância epidemiológica.

VIGILÂNCIA PARA FEBRE AFTOSA

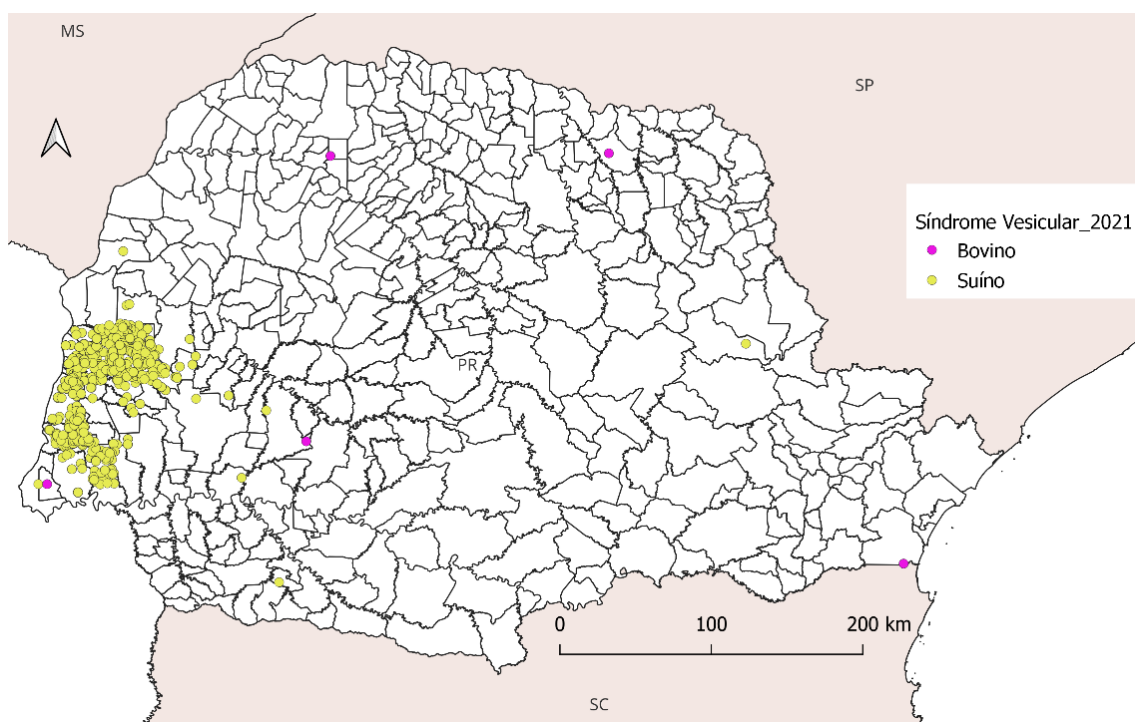
Atualmente o status do Paraná com relação à febre aftosa é de Livre sem vacinação, reconhecido internacionalmente. A Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) concedeu o novo status em maio de 2021, evento que traz excelentes perspectivas de crescimento e abertura de novos mercados aos produtos paranaenses.

Numa zona livre de febre aftosa, a vigilância deve ser ainda maior, envolvendo o atendimento a suspeitas desta doença e a inspeção de animais em propriedades rurais, em eventos agropecuários (exposições, feiras e leilões) e em estabelecimentos de abate, além do controle do trânsito e da manutenção de um cadastro robusto dos rebanhos de animais de produção no Estado.

É fundamental a sensibilização da comunidade para fazer a detecção precoce de sinais compatíveis com febre aftosa e a rápida notificação ao serviço oficial.

Em 2021 foram realizadas 880 investigações relacionadas a Síndrome Vesicular - SV com abertura de Form in, sendo 875 investigações em suínos e 5 em bovinos. Das investigações em suínos com sinais de doença vesicular, 139 confirmaram presença de senecavirus A. Todas as investigações resultaram negativas febre aftosa.

A localização das ocorrências se deu na região oeste, que apresenta a mais expressiva produção de suínos do estado.

Figura 02: Mapa do Paraná com a localização das investigações de Síndrome Vesicular por espécie, em 2021

A vigilância ativa em propriedades rurais, realizada pela GSA em 2021, abrangeu 8.197 propriedades rurais, envolvendo a vistoria ou inspeção de 2.646.968 animais suscetíveis (bovinos, búfalos, suínos, ovinos e caprinos).

Visando a manutenção e atualização dos cadastros, anualmente (em maio e junho) é realizado no Paraná a Campanha de Atualização de Rebanhos para todas as espécies de animais de produção. Os resultados da campanha de atualização estão disponíveis do portal da Adapar (www.adapar.pr.gov.br).

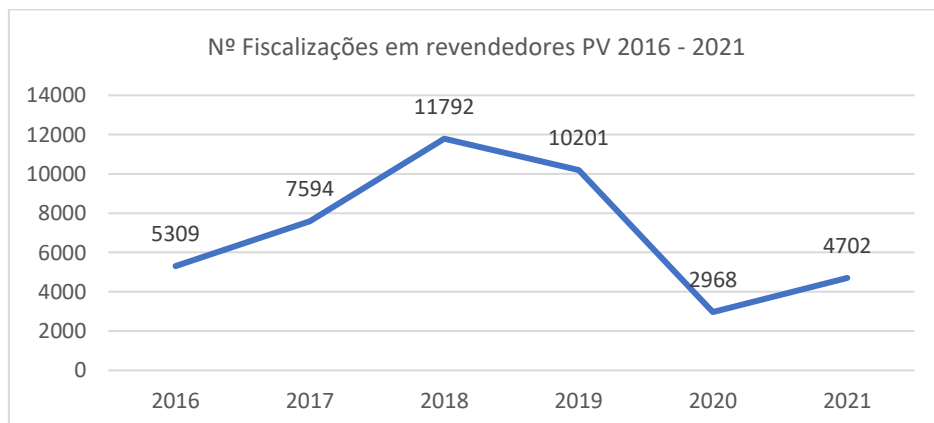
FISCALIZAÇÃO DO COMÉRCIO DE PRODUTOS VETERINÁRIOS

As atividades executadas referem-se à fiscalização de estabelecimentos que comercializam, distribuem ou armazenam produtos de uso veterinário de natureza farmacêutica ou biológica de interesse da Defesa Agropecuária do Paraná, são eles: vacinas para prevenção de doenças sujeitas ao controle por meio de programas oficiais; vacinas para prevenção de outras doenças infecciosas e contagiosas dos animais de produção; produtos antimicrobianos e antiparasitários de uso em animais de produção; produtos vampiricidas e produtos que contenham substâncias sujeitas ao controle especial quando destinadas aos animais de produção.

O número de fiscalizações em estabelecimentos comerciais que revendem vacinas e outros produtos veterinários de interesse da defesa agropecuária no ano de 2021, foi de 4.702 no Paraná. Observou-se um incremento de 58,4% no número de fiscalizações, indicando tendência de normalização,

considerando que ainda houve restrições severas nas atividades executadas pelos fiscais e auxiliares de fiscalização, frente a manutenção da situação de pandemia em 2021.

Gráfico 02: N° de fiscalizações em revendedores de produtos de uso veterinário no Paraná, de 2016 a 2021.



CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE BRUCELOSE E TUBERCULOSE BOVINA

A brucelose e a tuberculose são reconhecidas como doenças crônicas e de importância em saúde pública no Brasil e conferem prejuízos econômicos devido à perda de produtividade nos animais acometidos. Para execução das atividades de diagnóstico destas zoonoses, o Estado conta atualmente com 961 médicos veterinários da iniciativa privada habilitados para fazerem exames de brucelose e tuberculose. Os médicos veterinários cadastrados a fazer vacina contra brucelose são 2.585 e 355 vacinadores auxiliares.

Em 2021 foi publicada pela Adapar a portaria nº 146, que estabelece normas para atuação do médico veterinário cadastrado para vacinação contra brucelose, e do habilitado para a realização dos exames de diagnóstico de brucelose e tuberculose. Nesta portaria fica estabelecido o mês de novembro como obrigatório para atualização cadastral dos médicos veterinários habilitados e cadastrados, a fim de manter apenas os profissionais que efetivamente atuam no programa.

De acordo com os resultados dos últimos inquéritos de brucelose e tuberculose divulgados no ano de 2020, o Paraná implantou a obrigatoriedade do saneamento das propriedades foco, com objetivo de realizar exames em todos os animais elegíveis do rebanho exposto. Com isso o estado busca baixar a prevalência das duas doenças.

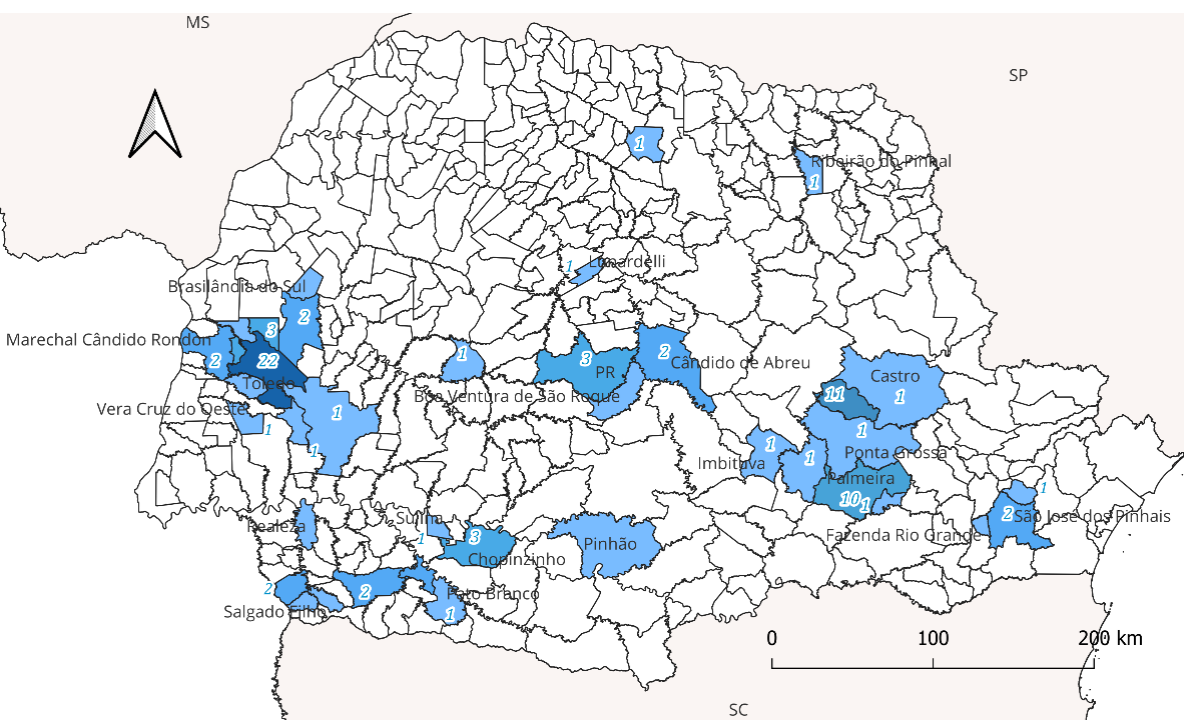
Testes diagnósticos

O número de testes em animais para diagnóstico de brucelose em 2021 foi de 579.562 e, para tuberculose, foi de 688.677. O número expressivo de exames se dá pelas exigências para

Certificação de propriedades

Ao final de 2021 estavam certificadas como livre de brucelose e tuberculose 93 propriedades no Paraná. A certificação é incentivada pela Adapar e confere confiabilidade à propriedade rural, que tem algumas vantagens relacionadas a preço do produto. As que conquistam o título, além de comprovarem seriedade e comprometimento com a sanidade do rebanho, podem obter vantagens diretas. Uma delas é na comercialização do leite, pois há laticínios que pagam adicional no preço do produto. Há ainda maior facilidade para o trânsito dos animais e vantagem na hora de comercialização, visto que o comprador não precisa realizar imediatamente a testagem contra brucelose e tuberculose.

Figura 03: Mapa do Paraná com a localização das propriedades certificadas como livre no PNCEBT



BRUCELOSE

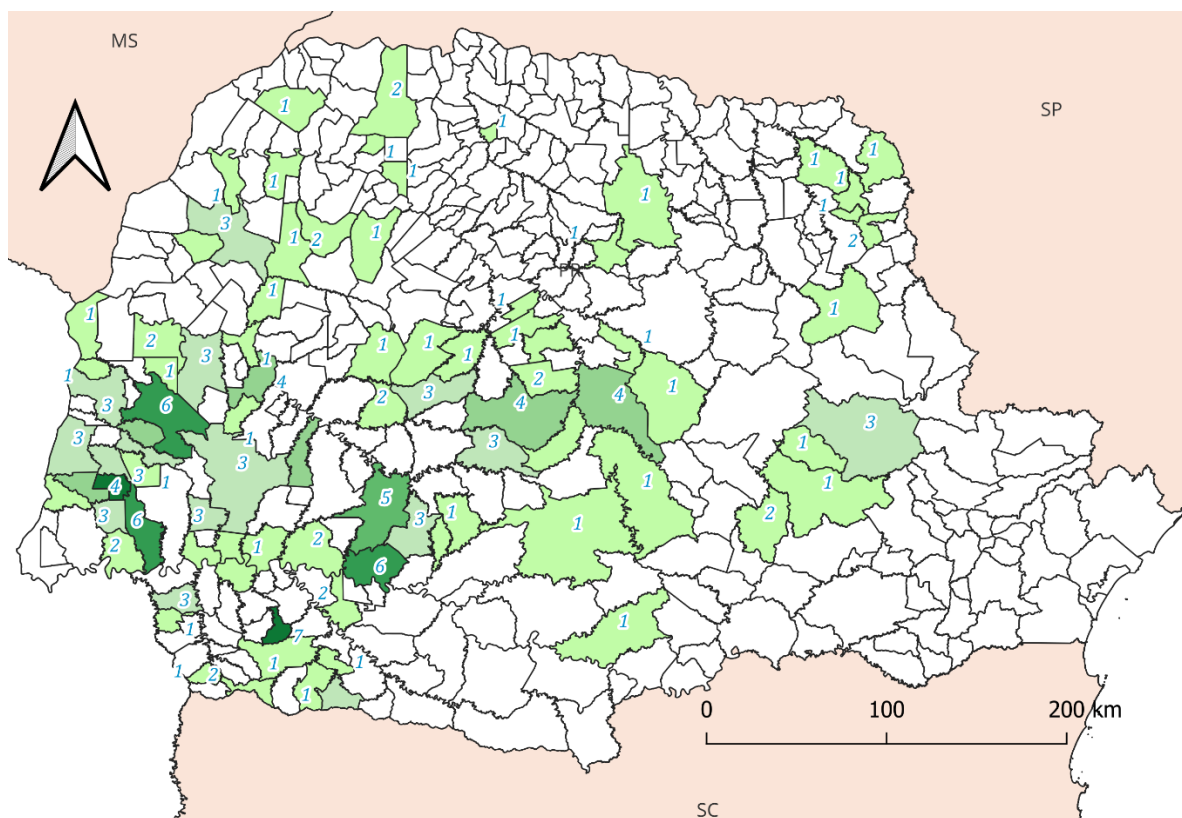
No ano de 2021, o índice de vacinação em bezerras no Paraná ficou abaixo de 80%. O baixo índice de vacinação pelo segundo ano consecutivo tem levado a Adapar a tomar uma postura mais rígida quanto às penalidades ao produtor infrator, além das ações de conscientização e sensibilização junto à cadeia produtiva.

Tabela 01: Ocorrências de brucelose bovina

OCORRÊNCIA BRUCELOSE NO PARANÁ - 2021	Nº
Nº MUNICÍPIOS COM FOCOS	87
Nº FOCOS	188

Nº CASOS	359
Nº ANIMAIS EXISTENTES NOS FOCOS	22.623
MORBIDADE	1,6%

Figura 04: Mapa do Paraná com a distribuição dos focos de brucelose bovina no ano de 2021, por município.

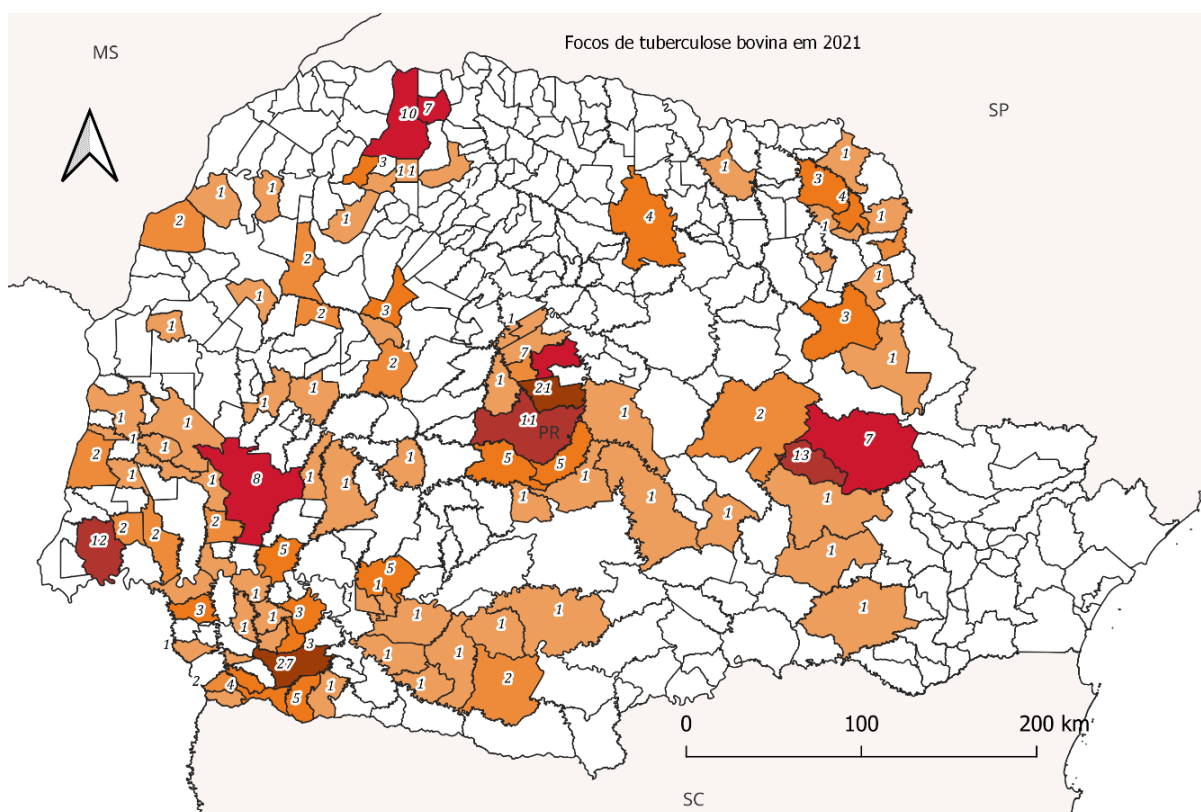


TUBERCULOSE

As diretrizes do programa baseiam-se no diagnóstico e saneamento obrigatórios dos focos, sendo os casos confirmados marcados, isolados e retirados da produção leiteira e eliminados em até 30 dias do diagnóstico. Como não há vacina para tuberculose, os proprietários podem requerer indenização. Para fins de movimentação, exige-se resultados negativos nos bovídeos, conforme critérios estabelecidos na Instrução Normativa nº 10 do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - Mapa.

Tabela 02: Ocorrências de tuberculose bovina

OCORRÊNCIA TUBERCULOSE NO PARANÁ - 2021	Nº
Nº MUNICÍPIOS COM FOCOS	99
Nº FOCOS	270
Nº CASOS	954
Nº DE ANIMAIS EXISTENTES NOS FOCOS	37.922
MORBIDADE	2,51%

Figura 05: Mapa do Paraná com a distribuição dos focos de tuberculose bovina no ano de 2021, por município.

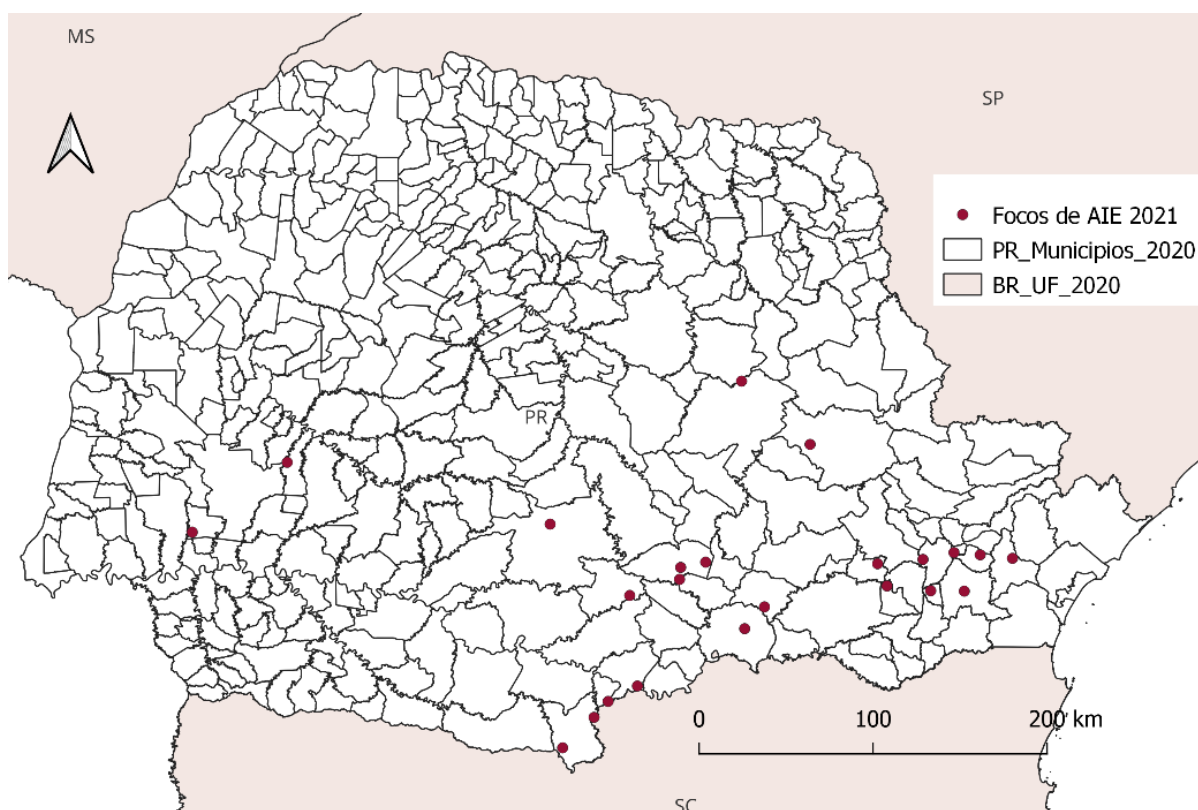
SANIDADE DOS EQUÍDEOS

O Programa de Vigilância e Prevenção de Doenças dos Equídeos tem como finalidade estabelecer e executar medidas de prevenção e controle, visando a sanidade do rebanho equídeo (equinos, asininos e muare) do Paraná, em conformidade às normas estabelecidas no Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos.

Atendimento a ocorrências em equídeos

Em 2021 foram atendidas 33 ocorrências sanitárias em equídeos relacionadas a Anemia Infecciosa Equina - AIE e mormo. As ocorrências com suspeita de AIE foram 26 (equinos), sendo 3 descartadas e 24 focos. Com relação a mormo foram abertas 7 ocorrências (1 asinino e 6 equinos) onde 6 foram confirmadas como focos em 2021.

A AIE e o mormo são as doenças alvo do programa, porém há outras doenças que também são investigadas, como as encefalomyelites do Leste e do Oeste e a Febre do Nilo Ocidental - FNO. Em setembro de 2021, houve investigação de um foco de FNO em muar, procedente do município de Porecatu. A doença tem importância em saúde pública e teve investigação também por parte da Secretaria Estadual de Saúde – SESA_PR.

Figura 06: Mapa com geolocalização dos focos de anemia infecciosa equina no Paraná em 2021.

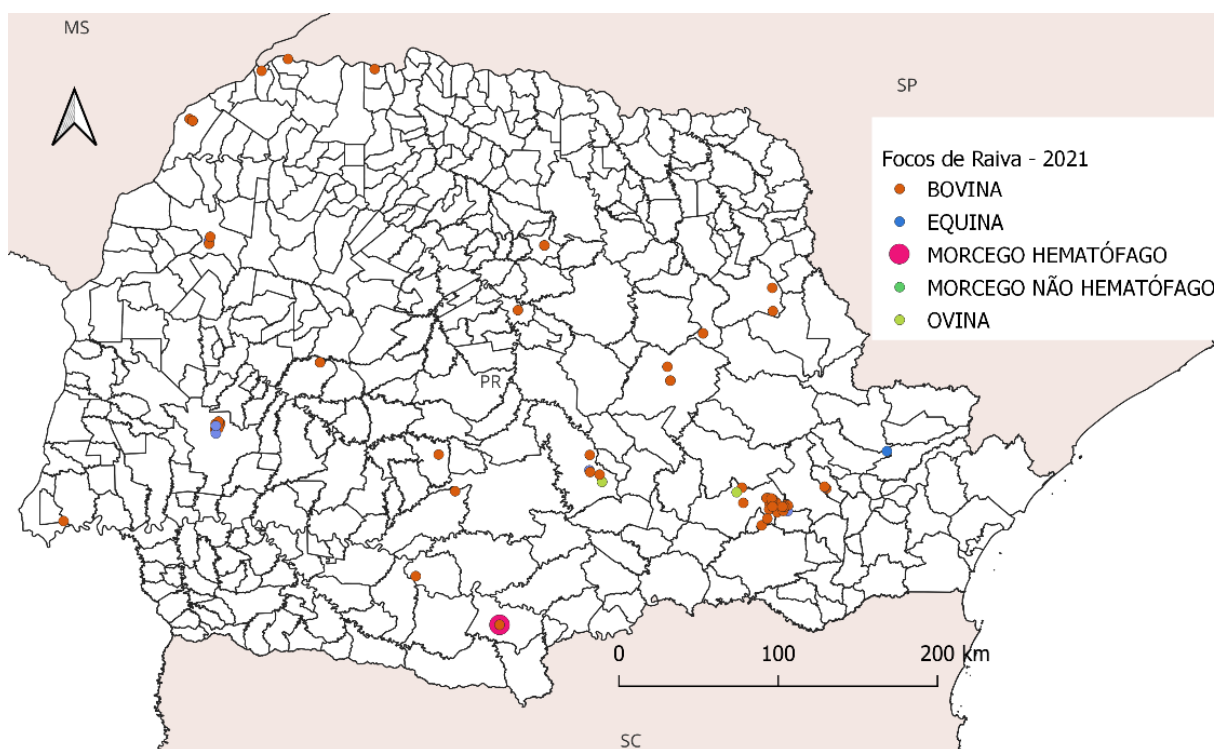
CONTROLE DA RAIVA E EEB

O Programa de Controle da Raiva, EEB e Bem-Estar Animal tem como finalidade estabelecer e executar medidas de prevenção e controle da raiva transmitida pelos morcegos hematófagos aos herbívoros domésticos e ao próprio homem, bem como da Encefalopatia Espongiforme Bovina no estado do Paraná.

Atendimento a ocorrências de casos suspeitos de raiva dos herbívoros

No ano de 2021 foram realizadas 285 investigações relacionadas a Síndrome Nervosa (SN). O Laboratório “Centro Diagnóstico Marcos Enrietti”, integrante da Adapar, realizou exames de raiva e seus diferenciais em 282 amostras, sendo 202 em bovinos, 36 em equídeos, 23 em morcegos não hematófagos, 2 em morcegos hematófagos, 10 em ovinos, 3 em caprinos, 4 em suínos e 2 em outros animais. Destas, 100 resultaram positivas para raiva representando, 35,5% de índice de positividade.

O Programa de Controle da raiva dos Herbívoros contempla diversas atividades. As investigações nos focos derivam investigações nas propriedades do entorno (perifoco), incluindo visitas com fiscalização e atividades de educação sanitária, além de controle do morcego hematófago, transmissor do vírus da raiva. Neste contexto, foram totalizadas 1.420 fiscalizações em propriedades rurais, 268 revisões de abrigos de morcegos cadastrados e 24 cadastros novos e/ou atualizados de abrigos em 2021 (fonte Redefesa).

Figura 07: Mapa do Paraná com a geolocalização dos focos de raiva em 2021.

Vigilância para EEB

A vigilância da EEB faz parte do Programa de Controle da Raiva, EEB e Bem-Estar Animal e tem como objetivos principais, evitar a entrada do agente da EEB no país, mitigar o risco de difusão do agente em uma eventual entrada e manter vigilância para detecção de animais com EEB. Para tanto a defesa sanitária animal trabalha no atendimento destes objetivos. O uso de proteína de origem animal na alimentação para ruminantes (cama de aviário, ração para cães e outras) é proibido, conforme a Instrução Normativa nº 8 de 25 de março de 2004 do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – Mapa.

Em 2021, a Adapar realizou 24 investigações específicas derivadas das 209 fiscalizações da alimentação de ruminantes em propriedades sendo 15 da vigilância ativa e 9 da vigilância passiva. Houve coleta de material em 6 propriedades sendo todas com detecção (confirmação laboratorial) de uso de alimentos contendo proteína de origem animal. Os produtores infratores foram autuados conforme legislação vigente e os animais expostos encaminhados ao abate.

Bem-Estar Animal

A temática do bem-estar animal está contida no Programa Estadual de Controle da Raiva, EEB e Bem-Estar Animal. O objetivo do programa é atuar em conjunto a outros órgãos para apuração de denúncias de maus-tratos em animais de produção, auxiliando na análise e caracterização do crime, bem como

orientar sobre as boas práticas de bem-estar animal concomitantemente às ações de fiscalização de defesa sanitária animal.

Instituições envolvidas e atendimento a denúncias

A Reda é uma instância articuladora entre as instituições envolvidas na temática dos Direitos Animais, responsável pela elaboração, implantação e acompanhamento da Política Estadual de Direitos Animais. Suas atividades são coordenadas pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo – Sedest, na qual sua estrutura executiva é mantida.

A Política Estadual de Direitos Animais tem como princípio fundamental a defesa e proteção dos animais que convivem direta ou indiretamente com as pessoas, principalmente no meio urbano, numa relação de benefício mútuo que valoriza a relação homem - animal, garantindo o direito à vida, liberdade e trato digno desses animais, conduzindo a uma visão ambiental biocêntrica, inovadora nas políticas do Estado.

A Reda foi criada pelo Decreto nº 10.557 de 01 de abril de 2014, atualizada pelo Decreto nº 5449 de 04 de novembro de 2016 e complementada pelo Decreto 6259 de 16 de fevereiro de 2017. Em 2019, foi novamente atualizada pelo Decreto 2990 de 09 de outubro de 2019. É formada por Coordenação Geral; Grupo Executor, governamental; e Órgão Colegiado Permanente Consultivo e Deliberativo, denominado Conselho Estadual de Direitos Animais – Ceda. Por sua vez o **Ceda** tem por finalidade subsidiar e assessorar tecnicamente as Secretarias de Estado na regulamentação e execução das ações previstas na Política Estadual de Direitos Animais, estabelecer normas para a defesa dos Direitos Animais no Estado do Paraná, bem como atender demandas da sociedade em temas relacionados.

O CEDA possui a seguinte estrutura: Plenário; Secretaria Executiva; e Câmaras Temáticas. O Plenário é a instância decisória do Ceda, cabendo a ele discutir e deliberar sobre os assuntos concernentes aos Direitos Animais. Este plenário tem a seguinte composição: 01 representante da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo - SEDEST; 01 representante da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB, neste caso a **Adapar** é representante; 01 representante da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte - SEED; 01 representante da Secretaria de Estado da Saúde - SESA; 01 representante da Secretaria de Estado da Segurança Pública - SESP; 01 representante da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas – SEDU; 01 representante da Secretaria de Estado de Comunicação Social e da Cultura – SECC; 01 representante do Instituto Ambiental do Paraná - IAP; 01 representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis no Paraná – IBAMA; 01 representante do Conselho Regional de Medicina

Veterinária – CRMV/PR; 01 representante do Conselho Regional de Biologia – CRBio-07; 01 representante da Ordem dos Advogados do Brasil-OAB/PR; 01 representante de Instituições Estaduais de Ensino Superior; 09 (nove) representantes do terceiro setor, com atividade voltada à defesa e proteção animal e mais de dois anos de atuação comprovada.

As Câmaras Temáticas - CT tem como finalidade subsidiar o Plenário nas deliberações e decisões. A Adapar participa atualmente da CT Saúde Única.

Em 2021 foram atendidas pela Adapar, e em conjunto aos órgãos executores envolvidos, 19 denúncias relacionadas ao bem-estar animal, sendo a maioria de maus-tratos animais.

SANIDADE AVÍCOLA

O Programa Vigilância e Prevenção de Doenças na Avicultura, executa atividades para fins de vigilância e controle de enfermidades em aves de interesse econômico. Os principais objetivos do programa são: monitoramento e certificação dos estabelecimentos avícolas de reprodução (avoeiros, matrizeiros e incubatórios) para as doenças do Programa Nacional de Sanidade Avícola (PNSA), Salmonela, Micoplasma, Newcastle; prevenção e controle de doenças infecto contagiosas, inclusive com definição de ações emergenciais e fiscalização para as espécies avícolas, quanto ao trânsito e participação em eventos agropecuários.

Atendimento a ocorrências de mortalidade acima de 10% em aves

A vigilância passiva se dá por meio do gatilho de mortalidade maior ou igual a 10% em até 72h, mortalidade súbita, presença de sinais compatíveis ou resultado laboratorial positivo em vigilância ativa. As doenças alvo para esta vigilância são influenza aviária e doença de Newcastle.

Foram atendidas pela Adapar 316 ocorrências em estabelecimentos avícolas, que geraram abertura de formulário de investigação inicial de doenças (Form In) no Sisbravet. Todas foram negativas para as doenças alvo.

Vigilância Ativa

A vigilância ativa define-se pela busca por parte do Serviço Veterinário Oficial -SVO por doenças de interesse da defesa sanitária animal, nas aves. Esta busca antever riscos e prevenir eventuais situações de emergência sanitária. Foram realizadas 157 fiscalizações em propriedades avícolas de produção, reprodução e subsistência em 2021.

Certidão de Registro Avícola

Todo estabelecimento avícola, cooperado ou integrado, bem como todos os produtores avícolas independentes que possuam estabelecimentos avícolas com a finalidade de produção comercial de

carne, ovos ou reprodução, antes de iniciar qualquer procedimento para a instalação ou ampliação do estabelecimento avícola, deverá solicitar Registro ao Serviço Oficial da Divisão de Defesa Sanitária Animal de acordo com a IN 56 e seus anexos, bem como a vistoria inicial no local a ser implantado ou ampliado o estabelecimento. As atividades de fiscalização relacionadas ao registro avícola somaram 1.793, entre análise, aprovação, avaliação, renovação e cancelamento de registros avícolas

Cadastro

Para manter um cadastro robusto, que otimize o controle, prevenção e vigilância para as doenças de interesse da defesa agropecuária, são necessárias atividades de fiscalização nas aves de reprodução, corte, postura, subsistência e outras (aves canoras, etc). Foram realizadas 633 atividades relacionadas a cadastro avícola (fonte Redefesa).

SANIDADE DOS SUÍNOS

O programa de Sanidade dos Suínos tem como finalidade estabelecer e executar medidas de controle da sanidade do rebanho suíno do Paraná em consonância com o Programa Nacional de Sanidade Suídea – PNSS para as enfermidades de interesse e controle oficial.

Vigilância em Abatedouros

Como parte da vigilância em abatedouros, foram coletadas 1.162 amostras em estabelecimentos de abate sob inspeção federal, e 1.013 de inspeção estadual relacionadas a animais reprodutores de descarte. Houve diminuição de 56% em relação ao n° de amostras do ano anterior. Esta diminuição é justificada devido a implantação, a partir do 2º semestre de 2021, do Plano Integrado de Vigilância de Doenças do Suínos, que dentre diversas ações, suspendeu a colheita de amostras de reprodutores de descarte. As inspeções realizadas na rotina ante e post mortem pelos médicos veterinários oficiais podem detectar a presença de sinais clínicos e lesões patológicas e direcionar ações de vigilância nos estabelecimentos de origem dos suínos.

Fiscalização e vigilância na suinocultura

Foram realizadas e registradas 120 investigações de doenças que se enquadram na Síndrome Hemorrágica dos suínos, sendo que 94 (78%) foram notificações provenientes de médicos veterinários da iniciativa privada, demonstrando sensibilidade dos responsáveis técnicos à vigilância de doenças na suinocultura.

Houve ainda, 376 fiscalizações em propriedades considerados áreas de maior risco e lixões, aumento expressivo em relação ao ano anterior (110). As atividades de fiscalização em lixões fazem parte das

medidas de prevenção e controle de Peste Suína Africana no país, em cumprimento da proibição da presença de animais em lixões.

Vigilância em Granjas de Reprodução de Suínos Certificadas – GRSC

No ano de 2021 foram realizadas 185 fiscalizações com 9.874 amostras colhidas nas 104 GRSC, cuja certificação é baseada na realização de exames semestrais para as seguintes doenças: peste suína clássica, doença de Aujeszky, tuberculose, brucelose, sarna e controladas para leptospirose.

Houve um aumento de 14% de granjas GRSC em relação ao ano anterior, o que reflete novos investimentos no setor suinícola no Paraná após reconhecimento do novo status sanitário e produção certificada conforme normas internacionais, assim como, no aumento da demanda devido à crise sanitária na China e valorização da agropecuária no período de pandemia.

SANIDADE DOS ANIMAIS AQUÁTICOS

O programa de vigilância e o controle de enfermidades em animais aquáticos no Paraná tem como finalidade promover a sanidade dos animais aquáticos e cadastrar os estabelecimentos de criação, implantar e manter a vigilância e prevenção de doenças nas atividades pesqueira de peixes, crustáceos, répteis hidróbios, anfíbios, moluscos bivalves e equinodermos que tenham a finalidade de consumo humano e aquariofilia.

Para promover a sanidade dos animais aquáticos, a Adapar busca cadastrar a produção conforme a atividade pesqueira e implantar os programas sanitários alinhados ao Programa Nacional de Sanidade dos Animais Aquáticos.

Tabela 03: Atividades executadas em sanidade dos animais aquáticos no Paraná em 2021

ANIMAIS AQUÁTICOS	ATIVIDADE	Nº
MOLUSCOS BIVALVES	Cadastros novos/atualizados	1
	Cadastros novos/atualizados	79
PEIXES	Fiscalização/Vigilância em estabelecimentos de piscicultura	30
	Fiscalização/Vigilância em produtores de alevinos/forma jovem	3
CARCINOCULTURA	Cadastros novos/atualizados	3
OUTROS ANIMAIS AQUÁTICOS	Cadastros novos/atualizados	4
	Fiscalização/Vigilância em estabelecimentos de outros animais aquáticos	5

Atendimentos a doenças de notificação obrigatória nos animais aquáticos

A Adapar realiza atendimentos a casos suspeitos de doenças de notificação obrigatória nos animais aquáticos, descritas na Portaria nº 49 de 04 de fevereiro de 2015, publicada pelo Ministério da Pesca

e Aquicultura – MPA. Diferente das demais investigações de doenças de notificação obrigatória com atuação do Serviço Veterinário Oficial, as dos animais aquáticos não estão contempladas no Sisbravet, portanto são registradas no Formulário de investigação inicial e complementares e acompanhados pela coordenação do programa. Em 2021 houve 37 atendimentos a suspeitas de ocorrências e detectados 7 focos sendo, 1 de ranavírus no município de Bocaiúva do Sul em rã touro e 6 de *Francisella noatunensis* em tilápias nos municípios de Nova Prata do Iguaçu, Boa Esperança do Iguaçu, Rancho Alegre, Leopólis e Itambaracá.

ABELHA E BICHO DA SEDA

O Paraná se destaca como 1º lugar no ranking nacional da produção de casulos do bicho da seda e 2º lugar na produção de mel. O Programa de Sanidade das abelhas e bicho da seda tem como finalidade prevenir, controlar ou erradicar doenças, atuando na fiscalização, vigilância epidemiológica, orientação de produtores, cadastramento das explorações e Intervenção imediata quando da suspeita ou ocorrência de doença de notificação obrigatória.

Tabela 04: Atividades de fiscalização em sanidade de abelhas e bicho da seda no Paraná em 2021.

	Cadastramento/ atualização cadastral	Fiscalização com colheita
Apiário	73	17
Meliponário	78	3
Bicho da seda	2	3

OUTRAS INFORMAÇÕES DA DEFESA SANITÁRIA ANIMAL

A sanidade dos rebanhos é responsabilidade de todos e para que haja eficiência da defesa sanitária animal este compromisso deve ser firmado por todos os elos das cadeias produtivas. Os médicos veterinários da iniciativa privada, compartilham responsabilidade na proteção do patrimônio pecuário do Estado, pois estão no dia a dia das propriedades rurais, casas agropecuárias e afins e são importante fonte de informação para o pronto atendimento do serviço veterinário oficial.

As notificações de doenças de categoria 4 da IN 50 de 2013, que contém a lista de doenças de notificação obrigatória dos animais de frequência mensal, são captadas em um sistema *on line* para médicos veterinários da iniciativa privada com algum relacionamento com a defesa sanitária animal. As informações declaradas no referido sistema são analisadas e compiladas para serem então, mensalmente publicadas. O sistema contempla uma ficha específica para notificação de doenças nas aves e outra para as demais espécies. Neste relatório estão compiladas as informações do ano de 2021, com os índices de morbidade, mortalidade e letalidade.

RELATÓRIO DA GERÊNCIA DE SAÚDE ANIMAL - 2021

Tabela 05: Relatório anual de doenças de notificação obrigatória de categoria 4, declarados por médicos veterinários da iniciativa privada na Ficha Epidemiológica Avícola Mensal (FEAM), em 2021 no Paraná.

Ano	Espécie Animal	Doença	Nº Animais Expostos	Nº Focos	Nº Casos	Nº Óbitos	Nº Sacrificados	Nº Animais Destruidos	% Morbidade	% Mortalidade	% Letalidade
2021	GALINHA	Adenovirose	133.264	30.820	85.584	100	30.709	0	64,22 %	0,08 %	0,12 %
2021	GALINHA	Artrite Viral (Reovirose)	440.416	7	6.380	512	14	10	1,45 %	0,12 %	8,03 %
2021	GALINHA	Bronquite infecciosa aviária	525.544	76.005	345.572	2.208	340.303	50	65,76 %	0,42 %	0,64 %
2021	GALINHA	Coccidiose	4.484.828	30.332	291.072	30.697	9.826	35	6,49 %	0,68 %	10,55 %
2021	GALINHA	Colibacilose	31.369.332	30.545	7.913.321	856.923	50.182	110	25,23 %	2,73 %	10,83 %
2021	GALINHA	Coriza aviária	293.198	11	66.148	19.517	-	70	22,56 %	6,66 %	29,51 %
2021	GALINHA	Epitelioma Aviário (Bouba)	230	3	117	14	-	0	50,87 %	6,09 %	11,97 %
2021	GALINHA	Outras clostridioses	29.030	32	130	90	10	30	0,45 %	0,31 %	69,23 %
2021	GALINHA	Outras Pasteureloses	198.405	67	158.819	2.493	20.030	35	80,05 %	1,26 %	1,57 %
2021	GALINHA	Outras Salmoneloses	134.993.082	4.242.637	104.874.347	803.129	68.393.805	160	77,69 %	0,59 %	0,77 %

Tabela 06: Relatório anual de doenças de notificação obrigatória de categoria 4, declarados por médicos veterinários da iniciativa privada na Ficha Epidemiológica Mensal (FEM), em 2021 no Paraná.

Ano	Espécie Animal	Doença	Nº Animais Expostos	Nº Focos	Nº Casos	Nº Óbitos	Nº Sacrificados	Nº Animais Destruidos	% Morbidade	% Mortalidade	% Letalidade
2021	BOVINA/OVINA	Actinomicose	359	19	19	0	0	0	5,29 %	0,00 %	0,00 %
2021	EQUINA	Adenite equina /Gerrotilho	42	8	15	0	0	0	35,71 %	0,00 %	0,00 %
2021	BOVINA/BUBALINA	Anaplasmoses bovina	7931	415	497	78	10	4	6,27 %	0,98 %	15,69 %
2021	BOVINA/BUBALINA	Babesiose bovina	7155	519	557	53	17	14	7,78 %	0,74 %	9,52 %
2021	BOVINA/OVINA	Botulismo	437	15	18	7	0	3	4,12 %	1,60 %	38,89 %
2021	BOVINA/OVINA	Carbúnculo Sintomático	2797	86	97	85	0	1	3,47 %	3,04 %	87,63 %
2021	SUÍNA	Circovirose	370921	731	1535	226	0	0	0,41 %	0,06 %	14,72 %
2021	BOVINA/SUÍNA	Cisticercose	19505	15	29	2	3	1	0,15 %	0,01 %	6,90 %
2021	BOVINA/SUÍNA	Coccidiose	133153	133	9082	1716	0	0	6,82 %	1,29 %	18,89 %
2021	BOVINA/SUÍNA	Colibacilose	128068	136	17522	2354	0	1	13,68 %	1,84 %	13,43 %
2021	BOVINA	Diarréia viral bovina	162	17	30	0	14	0	18,52 %	0,00 %	0,00 %
2021	BOVINA/OVINA	Enterotoxemia	872	24	39	15	0	0	4,47 %	1,72 %	38,46 %
2021	BOVINA	Equinococose/Hidatidose	2	1	2	0	1	1	100,00 %	0,00 %	0,00 %
2021	SUÍNA	Erisipela suína	3528	12	12	0	1	0	0,34 %	0,00 %	0,00 %
2021	OVINA	Febre catarral maligna	2	2	2	2	0	0	100,00 %	100,00 %	100,00 %
2021	BOVINA/OVINA	Foot-Rot/Padr.Cascos	1064	66	106	0	0	0	9,96 %	0,00 %	0,00 %
2021	SUÍNA	Influenza Comum dos Suínos	102417	522	7981	536	1	12	7,79 %	0,52 %	6,72 %
2021	BOVINA/CANINA	Leptospirose	272	12	12	2	0	0	4,41 %	0,74 %	16,67 %
2021	BOVINA	Leucose enzootica bovina	126	8	8	5	0	1	6,35 %	3,97 %	62,50 %
2021	OVINA	Linfadenite Caseosa	48	3	3	0	0	0	6,25 %	0,00 %	0,00 %
2021	BOVINA/CANINA /EQUINA/OVINA	Míase por C. hominivorax	398	40	41	0	0	0	10,30 %	0,00 %	0,00 %
2021	BOVINA/SUÍNA	Outras clostridioses	15683	9	277	119	0	2	1,77 %	0,76 %	42,96 %
2021	BOVINA/SUÍNA	Outras Pasteureloses	45817	82	730	187	0	12	1,59 %	0,41 %	25,62 %
2021	BOVINA/SUÍNA	Outras Salmoneloses	17738	40	391	124	0	2	2,20 %	0,70 %	31,71 %
2021	SUÍNA	Parvovirose Suína	37200	96	133	0	0	0	0,36 %	0,00 %	0,00 %
2021	EQUINA	Piroplasmose equina	54	11	12	0	0	0	22,22 %	0,00 %	0,00 %
2021	SUÍNA	Pneumonia Enzootica	417649	669	3168	302	3	2	0,76 %	0,07 %	9,53 %
2021	SUÍNA	Rinite Atrofica	201999	230	361	15	0	0	0,18 %	0,01 %	4,16 %
2021	BOVINA	Rinotraqueíte infecciosa bovina	418	58	58	0	0	0	13,88 %	0,00 %	0,00 %
2021	OVINA	Sarna Ovina	10	3	3	0	0	0	30,00 %	0,00 %	0,00 %
2021	BOVINA/EQUINA/OVINA/SUÍNA	Tétano	216	26	26	23	0	1	12,04 %	10,65 %	88,46 %
2021	BOVINA	Toxoplasmose	40	1	2	0	1	0	5,00 %	0,00 %	0,00 %
2021	BOVINA	Tripanossomose (T. vivax)	1117	142	222	36	0	0	19,87 %	3,22 %	16,22 %